

A. I. N° - 210943.0007/09-5
AUTUADO - LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA.
AUTUANTE - CARLOS LÁZARO DE ANDRADE
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET 26.07.2010

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0181-05/10

EMENTA. ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. DESISTÊNCIA DE DEFESA. Extingue-se o crédito tributário com a desistência da defesa e o pagamento do débito exigido, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN, ficando, consequentemente, encerrado o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 02/10/2009, exige ICMS no valor de R\$18.000,00 em razão da falta de retenção do ICMS e o conseqüente recolhimento, como sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário, fls. 50 a 55, porém, requereu o parcelamento total com os benefícios da Lei nº 11.908/10.

Foram, também, juntados aos autos extrato do pagamento integral do débito e a confirmação da efetivação do pagamento, de acordo com os documentos de fls. 90 e 91.

VOTO

O presente Auto de Infração cuida da falta de retenção do ICMS e o conseqüente recolhimento, como sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas para contribuintes localizados no Estado da Bahia o contribuinte autuado apresentou tempestivamente suas razões defensivas.

Depois de compulsar os autos, verifico que apesar da tempestiva e regular impugnação dos autos, em momento posterior, o autuado decidiu pela desistência da lide, promovendo o pagamento à vista e integral do débito exigido através do presente Auto de Infração, utilizando-se dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.908/10.

Ao desistir da defesa apresentada, restou patente que o contribuinte tornou-a ineficaz, consoante previsão expressa estatuída pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/99.

Como conseqüência fática da iniciativa do autuado, acorde imposição do Art. 156, inciso I do CTN, fica extinto o processo administrativo fiscal e prejudicada a defesa apresentada, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem, para fins de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 210943.0007/09-5, lavrado contra **LEBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA.** devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para acompanhamento dos pagamentos do parcelamento.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de julho de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

JOSÉ FRAN